Apresentação

Ricardo Ventura Santos
Bruno Nogueira Guimarães
Marden Barbosa de Campos
Marta Maria do Amaral Azevedo
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. Apresentação. In: *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 13-29. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9.
<https://doi.org/10.7476/9786557080139.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Há quase quatro décadas atrás, em 1982, realizou-se uma sessão sobre demografia dos povos indígenas no 3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), em Vitória (ES). Foi nesse evento, organizado pela antropóloga Lux Vidal, da Universidade de São Paulo, que, pela primeira vez, se debateu o tema da demografia indígena de maneira explícita e ampla em um evento da Abep, a principal associação acadêmica que congrega interessados no estudo de populações no Brasil.

Intitulada “Demografia dos grupos étnicos minoritários: índios”, a sessão contou com quatro apresentadores: o antropólogo Leonardo Fígoli, da Universidade de Brasília, com o trabalho “Migração indígena a Manaus”; o antropólogo Jorge Oswaldo Romano, com a comunicação “Etnicidad y proletarizacion”; o geneticista Francisco M. Salzano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o texto “Fertilidade, mortalidade, migração e miscigenação em 14 tribos indígenas da América do Sul”, e a própria Vidal, cuja contribuição teve o mesmo título da sessão. Em sua apresentação, Vidal justificou a organização da sessão:

Estudar a evolução demográfica dos índios brasileiros esbarra imediatamente com várias dificuldades, a da precariedade e irregularidade dos censos, a falta absoluta de estatísticas vitais contínuas e geralmente, o pouco interesse científico manifestado com relação aos dados demográficos como capazes de auxiliar a compreensão de outros aspectos, como a organização política, a adaptação ao meio ambiente, as migrações e guerras, a visão do mundo, assim como as reações ao processo aculturativo.

A reconstituição da história demográfica de cada grupo específico é extremamente difícil e desigual no seu valor, onde foi realizada, e na maioria dos casos é inexistente. (Vidal, 1982a: 405)

O texto de Vidal traz comentários acerca de fontes com potencial para estudos em demografia histórica sobre a população indígena (com ênfase nos escritos de cronistas e missionários), da inexistência de trabalhos sistemáticos sobre a

demografia dos povos indígenas por agências governamentais (“o recenseamento feito pelo Governo (...) não segue nenhum critério específico no que diz respeito à situação real desses povos (...) excluindo (...) toda ou qualquer pergunta que venha a documentar a situação histórica atual desses povos”) e da fragilidade dos dados (“esparsos ou sigilosos”) da Fundação Nacional do Índio (Funai) (“órgão tutelar [que] nunca se interessa num levantamento sistemático do material que possui em suas delegacias” (Vidal, 1982a: 406-407). Apesar das inúmeras dificuldades, a antropóloga também faz alusão ao fato de que, naquele momento, início dos anos 1980, alguns levantamentos sobre o tamanho das populações indígenas eram realizados por organizações não governamentais – como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

O cerne da comunicação de Vidal estava no detalhamento de dados demográficos de um “certo número de casos concretos”, incluindo os Xokleng (SC), Bororo (MT), Xavante (MT), Tapirapé (GO), Xikrin (PA) e Pataxó (BA), “tratando de cada caso à luz de uma série de variáveis que definem situações bastante diferentes, mas também revelam tendências mais gerais” (Vidal, 1982a: 407).

O breve texto da antropóloga¹ termina com o que, a partir de uma leitura dos dias de hoje, em 2019, se configura como um amplo e ambicioso plano de pesquisa: “o nosso objetivo seria uma proposta para um projeto de estudos sobre demografia indígena e que poderia eventualmente levar a uma proposta de reformulação dos questionários e tratamento do Censo oficial” (Vidal, 1982a: 407).

No encontro seguinte da Abep, realizado em São Pedro (SP), em 1984, o tema da demografia dos povos indígenas foi novamente abordado, dessa vez em uma sessão intitulada “Etnia e população”, organizada pela demógrafa Laura Wong, à época vinculada à Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), em São Paulo. Os participantes incluíram, novamente, Salzano, com o trabalho “Migrações, etnia e casamento entre indígenas sul-americanos”; a antropóloga Carmen Junqueira, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com a contribuição “Alguns dados sobre a população Cinta-Larga”; o demógrafo Túlio Penna, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e da Comissão Pró-Índio, com o texto “Por que demografia indígena brasileira?”; e a própria Laura Wong, que, em parceria com Penna, apresentou o trabalho “Perfil demográfico da população indígena no Estado de São Paulo: uma proposta de estudo”.

Nota-se que, em comparação com a sessão de 1982, a de 1984 apresenta, talvez já em resposta à sugestão de Vidal, propostas concretas voltadas para a captação de dados demográficos acerca das populações indígenas. É o caso de Penna, cujo trabalho, centrado em uma discussão de dados demográficos sobre os Xavante (Mato Grosso), recomenda, no anexo, censos indígenas regulares e um sistema de coleta e análise de dados demográficos. Essa proposta se apoia em três pilares: 1) realização de censos quinquenais pela Funai e missões religiosas; 2) implantação de um sistema de relatórios periódicos e padronizados com estatísticas vitais;

3) criação de um setor de demografia na Funai, “que reunisse, processasse e analisasse os dados, possibilitando ter-se sempre em dia, o perfil demográfico das populações indígenas brasileiras” (Penna, 1984: 1582). Na visão do autor, seria uma proposta a ser realizada em uma parceria da Funai com organizações como o Cimi, a Abep, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Cedi e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

Há dois outros aspectos que se destacam no registro da sessão nos anais do congresso da Abep de 1984. O primeiro é a referência ao contexto institucional da associação, no tocante à temática indígena, que teria influenciado a realização de sessões sobre a questão em dois eventos consecutivos:

A Presidente da Abep, dra. Elza Berquó, achou conveniente lembrar que a sessão nasceu como inquietude de um grupo de associados – entre os quais se pode citar o nome de Lux Vidal – com a finalidade de chamar a atenção sobre a problemática indígena e cobrar dos estudiosos de população a devida atenção para os grupos étnicos minoritários, entre eles, os índios. (Wong, 1984: 1.561)

O segundo está relacionado à manifestação de Marcos Terena, uma importante e emergente liderança indígena. Naquele período, ele participava, juntamente com outros jovens indígenas, de uma das primeiras organizações, a União das Nações Indígenas (UNI), que viria a ter um destacado papel nos rumos do movimento indígena no Brasil (Ramos, 1998; Barbosa & Fagundes, 2018). Nascido no que é hoje Mato Grosso do Sul e estudante em Brasília nos anos 1970, Terena chamou atenção na sessão da Abep de 1984 para a questão da presença indígena nas cidades:

O índio Marcos Terena pede que a Abep continue voltando seu pensamento para as comunidades indígenas. Os índios querem saber como se está expandindo a população, pois a juízo próprio é preciso conhecer e documentar alguns desequilíbrios. (...) [Os índios] abstêm-se de identificar-se como índios para evitar problemas com a Funai, com a própria aldeia e até com os próprios empregadores. Escondem-se na cidade, perdem-se na civilização, negam sua origem sem ter condições de voltar. Espera da Abep que procure analisar estas situações, ou seja, identificar o índio da cidade, os que saem da aldeia, os que saem das cidades para outras mais distantes, e qual o destino deles. (Wong, 1984: 1.562)

Essas duas sessões da Abep, realizadas nos anos 1980, foram de vital importância para a constituição do campo dos estudos sobre demografia dos povos indígenas no âmbito da organização e no país (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005).² Chama a atenção o fato de que foram estruturadas com base em uma miscelânea de temas e perspectivas caras a diferentes atores sociais. Antropólogos, geneticistas, demógrafos e os próprios indígenas discutiam migração, proletarianização, urbanização, matrimônio e etnia. Levantavam questões sobre a falta de dados, faziam propostas de levantamentos populacionais e alusão aos recenseamentos nacionais. Tudo isso

envolto na complexa dinâmica dos processos identitários, o “negar as origens”, o “se perder na civilização” e o problema da visibilidade nos diferentes contextos em que a indianidade poderia se manifestar.

O Brasil do início da década de 1980 atravessava os anos finais da ditadura militar, que se alongou de 1964 a 1985. A perspectiva desenvolvimentista que marcou o período, incluindo os planos de construção de rodovias e de hidrelétricas e o estímulo a projetos de mineração, impactou fortemente populações indígenas das mais diversas regiões do país, e da Amazônia em particular, vindo associada a epidemias, desestruturação social e realocações forçadas, entre outras consequências nefastas (Davis, 1978; Martins, 1982; Ribeiro, 1977; Valente, 2017). As duas sessões da Abep mencionadas realizaram-se em um período em que se intensificavam os debates sobre a redemocratização no país. No tocante aos povos indígenas, a tônica desses novos ares se fez refletida no texto introdutório da publicação *Povos Indígenas no Brasil 1980*, da série Aconteceu, do Cedi:

Se por um lado surgiu e tomou corpo a consciência indígena a nível nacional e as organizações e apoio brancos passaram a uma atuação solidária com os destinos do índio, por outro lado, organizaram-se e articularam-se os interesses anti-índios (...). Se muitos povos indígenas só agora começam a procurar caminhos para a autodeterminação (...), muitos deles ainda sofrem o impacto do contato (...). Ao contrário do que muita gente pensa, e deseja, os índios não vão desaparecer. (...) E mais: a população desses grupos está aumentando. Não vão desaparecer e não vão deixar de ser índios. (Cedi, 1981: 1)

Como se depreende do trecho citado, no contexto político da virada dos anos 1970 para os 1980, questões acerca da demografia dos povos indígenas – desaparecimento *versus* permanência e crescimento – eram centrais nas discussões sobre seus direitos. A contagem da população indígena e a constatação de que estavam crescendo estavam longe de serem meros exercícios técnico-científicos. Eram também meios para se pensar as possibilidades sobre o futuro destes povos.

Nesse período, os esforços para traçar o perfil populacional dos indígenas no Brasil partiram da sociedade civil. No final da década de 1970 e no início da seguinte, colaboradores e integrantes do Cimi – padres, freiras e antropólogos – contabilizaram a população indígena das aldeias conhecidas, percorrendo os mais recônditos espaços do país na empreitada. Os números embasaram o “Dossiê sobre a situação dos povos indígenas em todo o Brasil, com levantamento demográfico atualizado – 210.000 índios”, primeira publicação a dar conta de uma quantificação, em nível nacional, dos indígenas no período militar (Cimi, 1979).³

Na mesma época, o Cedi, que em meados da década de 1990 passaria por uma refundação, tornando-se Instituto Socioambiental (ISA), também lançou uma iniciativa visando à contagem populacional dos indígenas no país.⁴ Para esse fim,

diversos profissionais se organizaram em uma rede colaborativa com o objetivo de preencher fichas que incluíam dados demográfico acerca dos povos junto aos quais atuavam e a situação da relação destes com o Estado. O esforço coletivo, levado a cabo por antropólogos, profissionais da saúde, professores e outros colaboradores, resultou em mais de 150 fichas entregues ao Cedi no final da década de 1970 e início da de 1980. Esse material serviu de base para a série especial do periódico *Aconteceu*, que posteriormente se transformaria na publicação *Povos Indígenas no Brasil*. Do volume sobre o ano 1980 (Cedi, 1981) ao referente aos anos 2011 a 2016 (Ricardo & Ricardo, 2017), a série compreende quase quatro décadas buscando retratar a população indígena.

Os levantamentos realizados pelo Cimi e pelo Cedi, em várias ocasiões apresentados na forma de mapas pontuados pela presença indígena nas mais diversas regiões do Brasil, tiveram importante influência nos debates acerca dos direitos dos povos indígenas na Assembleia Constituinte, que, em 1988, promulgaria a nova Constituição Federal (Azevedo *et al.*, cap. 12 desta coletânea). A “virada demográfica” que estava sendo detectada naquele momento (Gomes, 1988; Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005; McSweeney & Alps, 2005) tornou cada vez mais evidente a efetiva possibilidade de permanência dos povos indígenas como segmentos socioculturalmente diferenciados. Esses esforços contribuíram com a articulação política das lideranças indígenas, dos movimentos sociais e dos intelectuais para a aprovação dos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988, ampliando os direitos indígenas na garantia do usufruto de suas terras, na defesa de seu modo de vida, bem como sua capacidade de se representar diante do Estado (Carneiro da Cunha, 2009; Cedi 1991; Souza Lima, 1995). Ao “botar os índios no mapa”, por meio da caracterização demográfica e da localização geográfica dessas populações, a sociedade civil fortaleceu as bases para a defesa dos direitos dos povos tradicionais.

O que se depreende da trajetória descrita é que as iniciativas de estudo das dinâmicas populacionais indígenas foram (e permanecem) indissociáveis dos contextos históricos e sociopolíticos nos quais se inserem (Axelsson & Sköld, 2011; Campos & Estanislau, 2016; Kertzer & Arel, 2002; Loveman, 2014; Oliveira, 2012). Olhando retrospectivamente, talvez não seja exagero afirmar que o coquetel de elementos que interagiram e se combinaram nas décadas de 1970 e 1980, tendo como pano de fundo o contexto sociopolítico do país, em certa medida transformou em eufemismo a expressão “inquietude de um grupo de associados”, como aludiu Berquó. No Brasil da época, o campo da demografia indígena emergiu em meio a acirrados debates sociopolíticos nos anos finais do período da ditadura militar. Demonstrando que “os índios estão no Brasil para ficar”, os levantamentos populacionais contribuíram para subverter o paradigma fatalista, que pressupunha um futuro sem indígenas: padeceriam na penúria e na doença ou seriam assimilados

pela população envolvente, suas diferenças socioculturais dissolvidas na sociedade nacional. O registro de crescimento demográfico oferecia uma alternativa a essa concepção e ao destino dos indígenas, indicando como os fatores de depopulação não eram inevitáveis. A demografia contribuía para consolidar a noção de que o indígena não era um estágio transitório rumo à *civilização*. Mesmo que, trinta anos após a promulgação da Constituição de 1988, os direitos indígenas ainda estejam distantes de serem plenamente efetivados (Carneiro da Cunha, 2017), os estudos populacionais continuam se mostrando um importante aliado na luta por reconhecimento.

Esta coletânea não foi a princípio organizada, ao menos intencionalmente, tomando como referência esse passado acerca do qual nos referimos anteriormente. Mas, no exercício de se escrever esta Apresentação, as “ligações genealógicas” do presente volume com esse passado se colocaram de forma inequívoca diante de nossos olhos. Desse modo, a coletânea pode ser interpretada como, em larga medida, derivada daquele projeto enunciado em 1982. Quase adentrando na terceira década do século XXI, a publicação do conjunto de textos aqui reunidos permite avaliar como se desdobraram os caminhos da já mencionada proposta de Vidal (1982a) sobre as dinâmicas populacionais indígenas e suas implicações para a produção de estatísticas oficiais. As contribuições coligidas possibilitam observar como os escassos dados demográficos se tornaram bastante mais abundantes e como hoje fomentam políticas públicas. Indicam também como conceitos à época relevantes (tais quais “evolução da população”, “adaptação”, “aculturação”, dentre outros empregados pela própria Vidal) deram lugar a diferentes perspectivas.

Para compreender essas “ligações genealógicas”, é preciso levar em consideração a trajetória do Grupo de Trabalho (GT) Demografia dos Povos Indígenas no Brasil da Abep, que foi estabelecido em 2006, mas cuja criação remonta a 2002, pelo Comitê de Demografia dos Povos Indígenas.⁵ Contando com a participação de antropólogos, demógrafos e profissionais da área da saúde coletiva, e com estreitas parcerias com o IBGE, a ABA e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) – em particular por intermédio do GT Saúde dos Povos Indígenas –, o GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil tem sido o principal polo articulador de eventos, reflexões, pesquisas e colaboração técnica (em particular com o IBGE) sobre a temática dos estudos populacionais acerca dos povos indígenas no país.

A fim de dar visibilidade à questão da demografia dos povos indígenas no Brasil, ao longo dos anos, membros do GT têm promovido diversas publicações, incluindo coletâneas, documentos técnicos e fascículos temáticos de periódicos científicos. Sem buscar ser exaustivos, podemos listar os seguintes trabalhos, que envolveram a colaboração entre participantes do GT: a coletânea *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil* (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005); o volume *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*, da Série Estudos e Pesquisas do IBGE (IBGE, 2005); o dossiê temático

“Povos indígenas do Brasil”, no periódico *Cadernos do CRH* (Pagliaro, 2009); a coletânea *La Población Afrodescendiente e Indígena en América Latina* (Wong & Anton, 2014); o dossiê temático na *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* (Cavenaghi, 2016; Santos, 2016).⁶

Não é nosso objetivo neste texto apresentar uma revisão detalhada acerca dos temas cobertos nas principais publicações recentes sobre a demografia dos povos indígenas no Brasil. Entretanto, pode-se constatar uma certa identidade entre as propostas desses estudos e as diretrizes que norteiam as atividades do GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil, quais sejam: 1) o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre dinâmica demográfica dos povos indígenas com ênfase na interface com os conhecimentos antropológicos; 2) a reflexão sobre fontes e metodologias de coleta de informações; 3) a análise de séries históricas sobre indicadores de saúde e sociodemográficos para os povos indígenas (ver Santos *et al.*, 2019 para uma recente revisão). É importante observar, também, que alguns desses trabalhos foram debatidos em versões preliminares em reuniões do GT.⁷

Alguns desses pontos remetem aos projetos político-acadêmicos delineados em décadas passadas. Ao mesmo tempo, as pesquisas contemporâneas oferecem novos contornos e significados às propostas que os antecederam, como esta coletânea pretende demonstrar. Para além de uma ideia de estudos *sobre* os povos indígenas, os capítulos dialogam, de forma menos ou mais explícita, com uma perspectiva (epistemológica) de realizar as investigações *com* os indígenas.⁸ Trata-se de uma distinção que não é trivial. Se toda demografia indígena é sobre os indígenas, posto que ela os têm como tema central de interesse, nem toda demografia indígena é produzida com os indígenas – isto é, buscando, ativa e criticamente, incorporar categorias indígenas em seus delineamentos e esquemas analíticos. Como bem notaram Caldwell e colaboradores (1987), a demografia se pauta por um conjunto de suposições antropológicas desenvolvidas em um período histórico específico do Ocidente (ver também Riley & McCarthy, 2003). Esses autores argumentam que uma das grandes contribuições que a antropologia pode oferecer à demografia é a expansão das bases teóricas desta a partir do estudo de outras sociedades e culturas.⁹ Tem o potencial, portanto, de nos ajudar a estranhar a transposição, rotineira em estudos demográficos, de nossas concepções sobre mobilidade, rendimento, religião, entre tantas outras, para o universo indígena. Fazer uma demografia com os indígenas implica um contínuo exercício de reflexão nas várias etapas de pesquisa, considerando as inadequações de conceitos e metodologias – não com o objetivo de invalidar determinados dados, mas, sim, de produzir associações simétricas ou, ao menos, menos assimétricas (Latour, 1994; Stengers, 2002).

Tendo como pano de fundo as aludidas ligações genealógicas, entremeadas com sensibilidades teóricas que se consolidaram em períodos recentes nas interfaces

entre antropologia e demografia, esta coletânea está estruturada em três partes. A primeira, *Perspectivas a partir do Campo*, é dedicada a trabalhos sobre dinâmicas populacionais com base em análises que consideram fenômenos específicos em seus contextos locais/regionais, e em diferentes fontes de informações demográficas.

O primeiro capítulo, intitulado “O Censo visto da aldeia: lendo dados demográficos com base na etnografia Apanjekra”, de Bruno Nogueira Guimarães, alterna a apresentação de achados demográficos com hipóteses fundamentadas em estudos etnográficos. Guimarães busca compreender quais fatores levaram aos surpreendentes números registrados pelo Censo 2010 para a terra indígena (TI) Porquinhos, no Maranhão, que não correspondem aos levantamentos populacionais do autor ou aos dados de outros órgãos, como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Funai. A partir do conhecimento de campo, dos sentidos dados pelos indígenas a determinadas categorias e de sua mobilidade pelo território, o pesquisador demonstra como a antropologia pode enriquecer a leitura das estatísticas. Ele também chama a atenção para os desafios da coleta de dados para indígenas nos censos demográficos, em especial dada a ausência de indígenas na construção e execução da pesquisa, que pode contribuir para a invisibilidade de dinâmicas populacionais de povos culturalmente diferenciados.

No capítulo “Dinâmica territorial e mobilidade espacial entre os Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul”, Rosa Sebastiana Colman e Marta Azevedo apresentam uma análise da mobilidade indígena com base em resultados de uma pesquisa participativa com a população indígena estudada. As autoras abordam os fatores ligados aos deslocamentos indígenas e seus aspectos sociodemográficos, descrevendo e diferenciando as características específicas das “belas caminhadas” (*ojequata porã*) e das migrações forçadas (*ñemosarambipa*). Colman e Azevedo mostram como os deslocamentos ocorrem em etapas e envolvem vários membros da família e pessoas de diferentes nacionalidades. Evidenciam também como as diferentes espacialidades indígenas e os movimentos Guarani e Kaiowá por variados territórios (dentro e fora das TIs, em diferentes países, entre cidades e fazendas) colocam desafios para o acesso às políticas públicas, sendo necessário compreender suas particularidades para a garantia dos direitos dessas populações.

Nas últimas décadas, foram conduzidas importantes pesquisas demográficas participativas com indígenas no Brasil, entre as quais o “Diagnóstico sociodemográfico participativo da população Sateré-Mawé”, coordenado pelo demógrafo Pery Teixeira, é um exemplo marcante (Teixeira & Brasil, 2005). Os dados coletados no âmbito do “Diagnóstico” serviram de base para “Migração do povo indígena Sateré-Mawé em dois contextos urbanos na Amazônia”, capítulo em que Pery Teixeira, Evelyne M. T. Mainbourg e Marília Brasil demonstram como a condução de censos locais e participativos permite considerar as dinâmicas locais de migração a partir da territorialidade nativa, constituindo-se em iniciativa inspiradora para o desenvolvimento de metodologias inclusivas. Oferecendo um

panorama dos fluxos migratórios indígenas em diferentes contextos, os autores chamam atenção para o fato de que as dinâmicas populacionais indígenas devem ser analisadas em relação aos períodos históricos nos quais se inserem, indicando de que forma os diferentes padrões de mobilidade surgem (e desaparecem) na relação com o universo extracomunitário.

No capítulo “A política de transferência de renda condicionada e os povos indígenas no Brasil”, Ricardo Verdum analisa os resultados de estudos etnográficos sobre os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) conduzidos em sete TIs em diferentes regiões do Brasil em 2013-2014. Na ocasião, o então Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome promoveu uma ampla pesquisa sobre as percepções indígenas acerca do PBF e das dinâmicas locais estabelecidas a partir do benefício social. Verdum, que atuou como coordenador executivo da pesquisa, compila alguns dos principais achados em seu texto, evidenciando como o programa influencia a relação dos indígenas com a educação formal, a saúde pública, o trânsito entre o interior das TIs e o seu exterior, entre outras dimensões. Apesar de não tratar diretamente com estatísticas populacionais, o trabalho aponta para os horizontes analíticos que se abrem quando programas, que em geral têm seus efeitos mensurados por informações quantitativas, são também examinados com abordagens qualitativas.

A segunda parte da coletânea, Dados Censitários em Contexto, reúne reflexões que lidam diretamente com estatísticas produzidas pelo IBGE. São textos que, de maneira crítica, abordam diferentes aspectos das pesquisas censitárias, tratando desde a metodologia de coleta de dados até a análise estatística dos indicadores.

Marden B. Campos, Bruna B. Cordeiro, Ítalo O. Matos e Diego R. Macedo apresentam um estudo detalhado dos resultados do Censo 2010 para uma localidade específica do país. O capítulo “Indígenas em Belo Horizonte: o uso dos dados de setores censitários para estudos intraurbanos” descreve a distribuição socioespacial da população declarada indígena na capital mineira e analisa as regiões de moradia desses habitantes. A metodologia empregada e as reflexões a ela associadas indicam as potencialidades para as investigações de populações minoritárias nas esferas intraurbanas a partir do Censo 2010. Com base no estudo de caso, os autores exemplificam como é possível caracterizar pelo menos dois perfis de indígenas em contextos urbanos: os que vivem em setores censitários de alta renda e escolaridade, espacialmente isolados de outros indígenas, e os que residem nos setores com maior presença indígena, em regiões de menor renda e maior analfabetismo.

Em “Declaração de idade em indígenas e não indígenas no Censo Demográfico de 2010”, Barbara Coelho B. Cunha, Thatiana Fávaro, Luciene Guimarães de Souza, Ludimila Raupp, Geraldo Marcelo Cunha, Ricardo Ventura Santos realizam uma análise comparativa dos padrões de resposta entre indígenas e não indígenas para uma variável específica e central nos recenseamentos. Com foco na “forma de declaração de idade” (ou seja, verificando se o registro de idade foi a data de

nascimento ou a idade declarada), os autores abordam resultados derivados da aplicação de modelagens estatísticas considerando diferentes variáveis independentes. Exploram também as dificuldades de tradução de determinadas categorias de um contexto sociocultural específico (qual seja, o ocidental, que informa a estruturação dos questionários censitários e sua aplicação) para outro (o dos indígenas), refletindo sobre quais fatores poderiam explicar as discrepâncias nos padrões de resposta de indígenas e não indígenas. As reflexões apresentadas têm o potencial fomentar debates sobre os complexos fatores envolvidos na captação de dados censitários em populações culturalmente diferenciadas.

Os autores do capítulo “Parturição em mulheres indígenas e não indígenas do Brasil: o número de filhos relatados depende de quem responde às perguntas do censo nacional?” também utilizam os dados censitários de 2010 para avançar a reflexão antropológica e demográfica sobre coleta de dados entre populações indígenas. Ricardo V. Santos, João Luiz Bastos, Oswaldo G. Cruz, Luciene A. F. B. Longo, Nancy M. Flowers e Nilza O. M. Pereira têm como objetivo investigar se os padrões de resposta às perguntas sobre parturição (número de filhos) diferem entre indígenas e não indígenas, comparando se a resposta é fornecida diretamente pela mulher ou por um outro respondente. Utilizando dados das regiões Norte e Nordeste, os autores observaram que as médias de parturição foram mais elevadas quando os respondentes eram as próprias mulheres. Sinalizam também que, em comparação com as não indígenas, uma menor proporção de mulheres indígenas respondeu diretamente aos recenseadores, o que aponta para a influência em potencial da dinâmica da entrevista no ambiente domiciliar sobre os resultados censitários.

No capítulo “‘Você se considera indígena?’: características da população residente em terras indígenas investigadas pelo Censo Demográfico de 2010”, Gerson Luiz Marinho, Ricardo Ventura Santos e Alessandra Traldi Simoni analisam resultados derivados de uma pergunta que foi pela primeira vez incluída no Censo 2010. O quesito “se considera” foi aplicado para os residentes em TIs que não se declararam “indígenas” na pergunta sobre “cor ou raça”, com vistas a ampliar a captação da população indígena. Os achados apontam para diferentes perfis demográficos entre aqueles que se declararam indígenas na pergunta sobre cor ou raça e os que se consideraram como tal na pergunta de cobertura. Além disso, indicam as particularidades territoriais das respostas positivas para esta questão, concentradas em um conjunto relativamente reduzido de TIs. Os autores refletem sobre a metodologia censitária, indagando acerca das influências de contextos locais/regionais nos quais se inserem as TIs no tocante aos padrões de resposta para a pergunta “se considera”.

A terceira parte da coletânea amplia e projeta, tanto em direção ao passado quanto em alguma medida ao futuro, as reflexões sobre a demografia da população indígena. Em Trajetórias, Categorias, Implicações, os contextos históricos, as

categorias de análise e suas consequências para os indígenas e as políticas públicas são consideradas.

No capítulo “Convívio e contaminação”: uma análise sócio-histórica sobre epidemias, demografia e povos indígenas na obra de Darcy Ribeiro”, Carolina Arouca Gomes de Brito aborda um importante estudo acerca da demografia indígena no Brasil. A autora compara as três versões do clássico texto “Convívio e contaminação” (1955, 1956, 1970), indicando a originalidade da reflexão de Ribeiro sobre temas, como a ocorrência de doenças, redução populacional e impactos sobre a organização social, desenvolvidos com base em dados coletados nos anos 1940 e 1950. O resgate das reflexões de Ribeiro ilumina as raízes históricas dos estudos populacionais sobre os povos indígenas, evidenciando como a trajetória de instituições indigenistas e de seus técnicos está nos fundamentos do campo da demografia dos povos indígenas. Ao fazê-lo, a autora contribui para problematizar a complexa temática da saúde dos povos indígenas, demonstrando a maneira como análises históricas podem ser informativas para reflexões sobre cenários contemporâneos.

Em “Indígenas e pesquisa demográfica: sugestões ao debate sobre religião e indígenas no contexto do censo brasileiro”, Elizabeth Pissolato se volta para o debate sobre visibilidade indígena com as categorias associadas a essas populações nas estatísticas oficiais. Suas reflexões se concentram na pergunta sobre religião no questionário do Censo Demográfico. A autora demonstra como, ao utilizar o termo “indígena” para qualificar um conjunto de expressões religiosas, as estatísticas oficiais projetam uma imagem própria sobre o significado da indianidade. A noção ocidental de religião, a definição de uma parcela da população como indígena e os trabalhos históricos e etnográficos sobre esse segmento populacional são elementos que ilustram a vultosa complexidade dos censos e colocam desafios para representação quantitativa dos indígenas e da diversidade de seus modos de vida.

Os dois últimos capítulos apresentam entrevistas com dois antropólogos que deram decisivas contribuições para o campo da demografia indígena: João Pacheco de Oliveira e Marta Maria do Amaral Azevedo.

Na entrevista de João Pacheco de Oliveira (“Os indígenas nos censos demográficos”), concedida à antropóloga Marta Antunes, o professor do Museu Nacional reflete criticamente sobre a captação de dados sobre povos indígenas nos censos demográficos e o futuro das estatísticas oficiais para populações minoritárias no país. A partir de sua vasta experiência com o tema, pondera sobre as articulações entre o conhecimento antropológico e o estudo das dinâmicas populacionais, as metodologias censitárias adotadas pelo IBGE e as mudanças nas formas de se retratar as populações indígenas ocorridas ao longo do tempo.

Na entrevista de Marta Maria do Amaral Azevedo (“Memórias acadêmico-afetivas sobre a demografia dos povos indígenas no Brasil”), conduzida por Alessandra Traldi Simoni, Bruno Nogueira Guimarães e Ricardo Ventura Santos, a

demógrafa e antropóloga traça a história da organização e atuação do GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil da Abep, refletindo sobre momentos marcantes de sua trajetória profissional. Azevedo narra como o diálogo estabelecido por diferentes profissionais e instituições, ao longo das últimas décadas, foi indispensável para a consolidação da demografia indígena e para o refinamento dos métodos de captação de dados. Ao recordar seu envolvimento com o campo, do qual é uma das vozes mais proeminentes, Azevedo contribui para delinear a biografia de um projeto coletivo, que começou a ser gestado nas primeiras reuniões da Abep, há aproximadamente quarenta anos.

Post-Scriptum: perspectivas para uma demografia indígena em 2019 e além

No momento em que findamos a escrita desta Apresentação (maio de 2019), transcorre um intenso debate sobre as possibilidades de realização do Censo Demográfico de 2020. Em um cenário de forte crise econômica, discutem-se as consequências de se reduzir o número de perguntas nos questionários com vistas a diminuir os custos da operação censitária.¹⁰ Nesse contexto, manifesta-se a preocupação, expressa por organizações e associações, como a Abep, ABA, Abrasco e o Instituto Socioambiental (ISA), quanto aos impactos em potencial no tocante à produção de estatísticas acerca dos povos indígenas e outras populações “tradicionais”:

Em um cenário sociopolítico no qual se aventa a possibilidade de não garantia de recursos para realização do Censo Demográfico de 2020, esta carta tem como objetivo expressar e reiterar a importância da manutenção das perguntas do bloco de identificação étnico-racial no próximo levantamento censitário. Ao longo das últimas décadas, houve um expressivo aumento na captação de dados relativos às populações indígenas nas estatísticas oficiais na América Latina. O caso brasileiro é exemplar neste sentido, o que ocorreu em larga medida devido à iniciativa do IBGE de inclusão da categoria “indígena” na pergunta sobre cor ou raça em 1991. Os dois censos demográficos seguintes (2000 e 2010) ampliaram de forma expressiva os conhecimentos sobre a população indígena no país (...). É fundamental que o Censo 2020 continue pesquisando sobre a composição étnico-racial da sociedade brasileira, incluindo também os quilombolas; esse é um compromisso social e político de consolidação de um Estado etnicamente plural, firmado na Constituição Federal de 1988, e um dos princípios consolidados internacionalmente para a produção de estatísticas oficiais (...).¹¹

Abrimos esta Apresentação fazendo alusão a um estudo do início da década de 1980 da antropóloga Lux Vidal que mencionava a proposta de reformulação dos questionários e do tratamento do censo oficial para os povos indígenas, visando

sobretudo a incluí-los nas estatísticas públicas. Entretanto, fechamos este texto, referindo-nos às incertezas quanto à permanência e à abrangência “das perguntas do bloco de identificação étnico-racial no próximo levantamento censitário” (ou seja, o Censo Demográfico de 2020). Em um ciclo de quatro décadas, partiu-se de uma situação de ausência de dados, trilhou-se uma trajetória de crescente visibilidade estatística e, preocupantemente, tem-se um cenário de reversão da curva de produção de dados demográficos sobre povos indígenas em uma das principais fontes de informações de estatísticas oficiais existentes no país. Ironicamente, nessa nova onda de “inquietação”, como se depreende da carta cujo trecho transcrevemos, ocorre uma ativa participação da sociedade civil com vistas à permanência das perguntas sobre povos indígenas e outras populações tradicionais no Censo Demográfico de 2020. Esperamos que esta coletânea seja lida também como um manifesto pela crescente visibilização dos indígenas nas pesquisas demográficas e nas estatísticas públicas, com vistas a implementar políticas sociais adequadas e sensíveis para as realidades socioculturais desses povos.

Agradecemos ao editor executivo da Editora Fiocruz João Carlos Canossa Mendes, aos editores científicos Carlos Machado de Freitas e Gilberto Hochman, por todo o apoio durante a produção desta coletânea, e também a Phelipe Gasiglia pela produção editorial e a Maria Cecília Moreira pela primorosa revisão dos textos. Eduardo Pina gentilmente realizou tratamento gráfico das fotografias apresentadas no capítulo 12. Agradecemos também o apoio e a ajuda de Ana Lucia Pontes, Carlos E. A. Coimbra Jr., James Welch e Hélio Sá nas várias fases do projeto editorial. Os comentários enviados pelos dois pareceristas anônimos foram de grande valia na preparação da versão final dos capítulos.

Os organizadores

- ¹ A demógrafa Alessandra Traldi Simoni, a partir de consulta a Vidal, recuperou em 2018 uma versão bastante mais detalhada (Vidal, 1982b) que as três páginas publicadas nos *Anais* (Vidal, 1982a).
- ² A entrevista de Marta Azevedo neste volume aborda de forma detalhada a gênese e trajetória dos estudos demográficos sobre povos indígenas no âmbito da Abep.
- ³ Nos três anos seguintes, foram publicadas outras matérias no Porantim com dados demográficos sobre os povos indígenas (Cimi, 1980, 1982).
- ⁴ Diversas publicações do Cedi na época abordaram dados de contagem populacional dos povos indígenas no país (Cedi, 1981, 1982, 1983; Cedi/Museu Nacional, 1987).
- ⁵ Para mais informações, sugere-se consultar a página do GT (<www.abep.org.br/site/index.php/grupos-de-trabalho/demografia-dos-povos-indigenas-no-brasil/ementa>).
- ⁶ Cabe destacar que a produção acadêmica dos participantes do GT vai além do envolvimento nessas produções de caráter mais coletivo. Um projeto de pesquisa importante seria, a partir de perspectivas ligadas à história e antropologia da ciência, investigar a fundo a trajetória e produção dos membros do GT e o modo como estas se articulam com a elaboração e implementação de políticas públicas no país.
- ⁷ Esse é o caso dos capítulos 5, 6, 8 e 10, que são desdobramentos de apresentações feitas no encontro do GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil ocorrido, em 2017, no Centro de Desenvolvimento de Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. A entrevista com Marta Azevedo (capítulo 12) tem como base a sua conferência proferida na ocasião.
- ⁸ No Brasil, a diferenciação envolvida nas perspectivas “com” e “sobre” tem sido particularmente influente nos debates sobre ética na pesquisa antropológica (Sarti & Duarte, 2013). No âmbito das investigações demográficas com foco em povos indígenas, um exemplo é o recente volume sobre “identificação” indígenas em estatísticas oficiais publicado pelo *Statistical Journal of the IAOS* (Connoly, 2019; Condon, 2019). Em um dos textos dessa publicação, Connoly, pesquisadora indígena norte-americana da área da saúde e bioestatística, aborda a tendência recente de estudos estatísticos e demográficos realizados *pelos* povos indígenas, e não mais unicamente *por* ou *para* eles (“*We could have research done ‘by us’ not ‘for us’ or ‘to us’*” – Condon, 2019: 8). O livro organizado por Kukutai e Taylor (2016) é um outro exemplo recente que ilustra o protagonismo das populações nativas/indígenas no tocante à produção, análise e gerenciamento de informações demográficas.
- ⁹ Campos e Estanislau (2016: 442-443) apresentam uma reflexão nessa linha, mas abordando especificamente a questão da captação de dados acerca dos povos indígenas nos censos demográficos nacionais recentes realizados no Brasil. Segundo eles, “embora os questionários dos Censos incorporem cada vez mais possibilidades de resposta que se aproximam das formas de organização social de alguns povos indígenas, eles captarão melhor, obviamente, as características daqueles indígenas que mais se assemelham ao que estamos aqui chamando de ‘brasileiro médio’. (...) aqueles indivíduos cuja organização social ou o horizonte cognitivo

diferem substancialmente dos conceitos utilizados nos Censos possivelmente terão sua captação prejudicada na pesquisa. Importante ressaltar que isso vale também para outros grupos étnicos, estrangeiros ou mesmo grupos socioeconômicos menos favorecidos”.

¹⁰ A partir de janeiro de 2019, esse tema passou a ser amplamente debatido nos mais variados meios de comunicação do país, incluindo-se as redes sociais.

¹¹ Carta intitulada “Importância da manutenção das perguntas do bloco de identificação étnico-racial no Censo Demográfico de 2020”, dirigida à Presidência do IBGE e preparada pelo GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil da Abep, com apoio da Abrasco, ISA e ABA. Foi redigida durante o XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Abep, ocorrido em Poços de Caldas (MG), de 22 a 28 de setembro de 2018.

Referências

AXELSSON, P. & SKÖLD, P. (Orgs). *Indigenous Peoples and Demography: the complex relation between identity and statistics*. New York, Oxford: Berghahn, 2011.

BARBOSA, J. M. A. & FAGUNDES, M. G. Brasil: uma revoada de pássaros – o protagonismo indígena no processo Constituinte. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 10(20): 175-196, 2018.

CALDWELL, J. *et al.* Anthropology and demography: the mutual reinforcement of speculation and research. *Current Anthropology*, 28(1): 25-43, 1987.

CAMPOS, M. B. & ESTANISLAU, B. R. Demografia dos povos indígenas: os censos demográficos como ponto de vista. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(2): 441-449, 2016.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com Aspas e Outros Ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *et al.* Indigenous peoples boxed in by Brazil’s political crisis. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 7(2): 403-426, 2017.

CAVENAGHI, S. Nota da Editora: Dados e mais dados “para não deixar ninguém para trás”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 33(2): 223-230, 2016.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). *Povos Indígenas no Brasil 1980*. São Paulo: Cedi, 1981. (Aconteceu, v. 6)

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). *Povos Indígenas no Brasil 1981*. São Paulo: Cedi, 1982. (Aconteceu, 10 de abril)

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). *Povos Indígenas no Brasil 1982*. São Paulo: Cedi, 1983. (Aconteceu, 12 de abril)

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). *Museu Nacional. Terras Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional & Cedi: São Paulo, 1987.

- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI). *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: Cedi, 1991.
- CONDON, K. M. Interview with Michele Connolly. *Statistical Journal of the IAOS*, 35: 5-12, 2019.
- CONNOLLY, M. Guest editorial. *Statistical Journal of the IAOS*, 35: 13-14, 2019.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Dossiê sobre a situação dos povos indígenas em todo o Brasil, com levantamento demográfico atualizado (210.000 índios). *Porantim*, ano II, n. 11, p. 1-11, 1979.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Levantamento da realidade indígena. *Porantim*, ano III, n. 23, p. 1-10, 1980.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Estatística: índios que sobrevivem e terras que lhes restam. Quantos são os sobreviventes? Um retrato de nossa população indígena. *Porantim*, ano IV, n. 38, p. 3-13, 1982.
- DAVIS, S. *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.
- GOMES, M. P. *Os Índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- KERTZER, D. I. & AREL, D. (Eds.). *Census and Identity: the politics of race, ethnicity, and language in the national censuses*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- KUKUTAI, T. & TAYLOR, J. (Eds.). *Indigenous Data Sovereignty: toward an agenda*. Canberra: Australian National University Press, 2016.
- LATOUR, B. *Jamais Fomos Modernos*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- LOVEMAN, M. *National Colors: racial classification and the state in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2014.
- MARTINS, E. *Nossos Índios, Nossos Mortos: os olhos da emancipação*. São Paulo: Codecri, 1982.
- McSWEENEY, K. & ARPS, S. A "Demographic turnaround": the rapid growth of indigenous populations in Lowland Latin America. *Latin American Research Review*, 40(1): 3-29, 2005.
- OLIVEIRA, J. P. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. *Dados*, 55: 1.055-1.088, 2012.
- PAGLIARO, H. Povos indígenas do Brasil: introdução. *Cadernos de CRH*, 22(57): 447-450, 2009.
- PAGLIARO H.; AZEVEDO M. M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Abep, 2005.

- PENNA, T. Por que demografia indígena brasileira? *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, IV, Águas de São Pedro, 1984. *Anais...* São Paulo: Abep, 1984.
- RAMOS, A. R. *Indigenism: ethnic politics in Brazil*. Madison: Wisconsin University Press, 1998.
- RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- RICARDO, C. R. & RICARDO, F. *Povos Indígenas no Brasil 2011-2016*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.
- RILEY, N. E. & MCCARTHY, J. *Demography in the Age of the Postmodern*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SANTOS, R. V. Prólogo ao dossiê "Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas". *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 33(2): 231-235, 2016.
- SANTOS, R. V. *et al.* The identification of the indigenous population in Brazil's official statistics, with an emphasis on demographic censuses. *Statistical Journal of the IAOS*, 35(1): 26-49, 2019.
- SARTI, C. & DUARTE, L. F. D. (Orgs.). *Antropologia e Ética: desafios para a regulamentação*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2013.
- SOUZA LIMA, A. C. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- STENGERS, I. *A Invenção das Ciências Modernas*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- TEIXEIRA, P. & BRASIL, M. Estudo demográfico dos Sateré-Mawé: um exemplo de censo participativo. *In: PAGLIARO H.; AZEVEDO M. M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Abep, 2005.
- VALENTE, R. *Os Fuzis e as Flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- VIDAL, L. Demografia dos grupos étnicos minoritários: índios. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, III, 1982, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Abep, 1982a.
- VIDAL, L. (Org.). Demografia dos grupos étnicos minoritários: índios. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, III, 11-14 out. 1982b, Vitória.
- WONG, L. Resumo das discussões sobre o tema "etnia e população". *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, IV, Águas de São Pedro, 1984. *Anais...* São Paulo: Abep, 1984.
- WONG, L. & ANTON, J (Orgs.). *Situación de la Población Afro-Descendiente y Indígena en América Latina: puntos de reflexión para el debate sobre Cairo + 20*. Belo Horizonte: Asociación Latinoamericana de Población, Alap, 2014.